

Indigenismo Mexicano

Delvair Montagner

Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas
Depto. Geral de Planejamento Comunitário
FUNAI

Publicado em *Pesquisa Antropológica* n° 5, pp. 1-17, Brasília, 1976.
Pesquisa Antropológica, periódico mimeografado dirigido por Martín Alberto Ibáñez-Novion e Julio Cezar Melatti, durou de 1973 a 1983.

Fui convidada pela Fundação Nacional do Índio para representá-la no Curso Seminário de Observação e Prática Indigenista, realizado na cidade do México. O Curso durou de 19 de outubro a 29 de novembro de 1975, constando de três partes: dez dias de aulas teóricas; quarenta dias de observação em campo, e dez dias de aulas teóricas e debates sobre o que foi observado nas comunidades indígenas. O Curso foi patrocinado pela OEA, pelo I.I.I. (Instituto Indigenista Interamericano) e pelo INI (Instituto Nacional Indigenista).

A primeira parte constou de exposições sobre os seguintes temas:

- a) O indigenismo no México e o problema indígena mexicano (antropólogo Dr. Villa Rojas);
- b) O programa de saúde do Instituto Nacional Indigenista (médico Dr. Pedro D. Martinez);
- c) A educação bilíngüe no México e a educação indígena no México (Prof. Ramón H. López);
- d) O papel dos promotores indígenas (Prof. Antonio Becerra);
- e) Política e indigenismo no México e nos centros coordenadores (antropólogo Salomón Nahmad S.);
- f) Organização e funcionamento do INI (economista Juan L. Tolentino);
- g) A reforma agrária mexicana e as comunidades indígenas (Flavio H. Morelos);
- h) Antropologia social e aplicada (antropólogo Dr. Marroquin);
- i) Métodos e técnicas de investigação (sociólogo Sergio Delgado);
- j) Apresentação, pelos alunos participantes, de comunicações sobre a política indigenista de seus países de origem. Nesta etapa foram apresentadas as comunicações referentes à Argentina, à Bolívia (representada por dois alunos, ao invés de um, como os demais países participantes), ao Brasil, ao Equador e a El Salvador. Estas comunicações não foram comentadas ou criticadas pelos professores, quanto à política adotada, resumindo-se a uma mera apresentação formal, tal como as que ficariam para serem expostas na terceira parte.

Na segunda parte do Curso, fomos espalhados em cinco Centros Coordenadores Indigenistas (CCI), localizados em diferentes lugares do México, de dois em dois alunos. Estes foram distribuídos nos Centros, de acordo mais ou menos com as características geográficas de seus países de origem, pois o México varia muito em clima, topografia e vegetação.

A terceira parte do programa constou de:

- a) Atual política de estratégia intercontinental e o Instituto Indigenista Interamericano (antropólogo Dr. Rubio Orbe);
- b) Continuação da apresentação das comunicações dos alunos, sobre a Guatemala, Honduras, Venezuela e Costa Rica;
- c) Informes sobre os CCI visitados: Tehuacán (Estado de Puebla), Ocosingo (Estado de Chiapas), Ayutla (Estado de Oaxaca), Valladolid (Estado de Yucatán) e Cheran (Estado de Tabasco). Nestes informes foram salientados os pontos positivos e negativos encontrados nos CCI, observados durante a permanência em campo. Esporadicamente os professores comentavam as falhas apontadas ou esclareciam sobre elas.

O que passarei a descrever são fatos observados por mim no Centro Coordenador Náhua-Popoloca, na Selva Lacandona e no Tzeltal-Tzoltzil. O Centro Coordenador Náhua Popoloca, nº 20, está localizado a quinze minutos de ônibus da cidade de Tehuacán, no Estado de Puebla.

Permaneci vinte dias neste Centro, hospedada no dormitório das alunas internas indígenas. Outro Centro visitado foi o Centro Coordenador da Selva Lacandona, a vinte minutos a pé da cidadezinha de Ocosingo, no Estado de Chiapas. Permaneci quatorze dias, hospedada na residência para visitantes deste Centro. No regresso fiquei quatro dias no CCI Tzeltal-Tzoltzil, na cidade de San Cristóbal de Las Casas, no Estado de Chiapas, alojada na casa de hóspedes do Centro. Este foi o primeiro CCI fundado no México.

No Centro de Ocosingo me foi proporcionado visitar apenas o povoado indígena *Map*, de língua Tzeltal. É pequeno e concentrado e quase toda a população só fala a língua nativa. Vive da agricultura de subsistência e da pequena criação de animais domésticos. O INI introduziu a criação de gado bovino curraleiro (34 bezerros) em 1975. As mulheres e as crianças usam seus trajes típicos. População calculada em 51 pessoas.

No Centro de Tehuacán conheci os povoados:

- a) *San Pedro Atzumba* - De língua mixteca. O povoado tem estilo de cidade, com ruas, luz elétrica, água encanada (torneiras públicas), escola primária, centro de saúde moderno, imensa igreja colonial e lavadouro público. Vive da agricultura de subsistência, mas depende mais da confecção de chapéus de palha ou de fibra sintética que são vendidos à CONASUPO (Companhia Nacional de Subsistência Popular). O INI instalou uma escola-albergue e nesta introduziu a criação de coelhos para melhorar a dieta alimentar. Não mais se usa a indumentária tradicional. População bilíngüe de mais ou menos cinco mil pessoas.
- b) *Município de Vicente Guerrero e adjacências* - De língua Náhuatl. Durante doze horas conheci de passagem vários pequenos povoados (uns 20) encravados na serra. Como é zona de *pinos* brancos, as casas são de tábuas. Seus moradores vivem da agricultura de subsistência, da venda de madeira, do pequeno pastoreio de cabras e ovelhas. O INI está introduzindo neste município árvores frutíferas e novas técnicas de agricultura. Muito raramente as mulheres e crianças eram vistas de trajes típicos.
- c) *San Marcos Tlacoyalco* - De língua Popoloca. Povoado com aspecto de cidade. Vive do pastoreio e da agricultura de subsistência. O INI instalou um posto médico e um albergue escolar. Há modernos silos de milho da CONASUPO. As mulheres e crianças usam roupas mais ou menos tradicionais, adaptadas.

População de mais ou menos 5.800 pessoas e a grande maioria é bilíngüe.

- d) *San Juan Atzingo* - De língua Popoloca. Povoado disperso, vivendo da agricultura de subsistência, de lenha e bordados típicos, que vendem baratíssimos no povoado ladino de Chilac. O INI construiu um posto de saúde e a CONASUPO tem um depósito para estocar milho. As mulheres e as crianças usam trajes típicos. População estimada em 900 pessoas e quase não falam o espanhol.
- e) *San José Miahuatlan* - De língua Náhuatl. Povoado com estilo de cidade, tendo uma população calculada em 10.000 indivíduos e a grande maioria só fala a língua nativa. Vivem da agricultura de subsistência, de bordados, da confecção de cestas de taquara e do pastoreio. O INI construiu um albergue escolar e um posto de saúde e a CONASUPO, um silo de milho. As mulheres e as crianças conservam parte do traje antigo. Visitei duas vezes esta comunidade.

Esclareço que os dados que apresento não mereceram uma investigação detalhada e sistemática, devido à exigüidade do tempo em que permaneci nas áreas, e também devido às condições de observação, que não foram nada facilitadas pelos técnicos dos Centros. Algumas vezes utilizarei dados apresentados pelos colegas em classe, sob forma generalizada, para reforçar algum ponto de vista. Aproveitarei a oportunidade e farei algumas comparações com a estrutura de funcionamento da FUNAI.

O Instituto Nacional Indigenista (INI) foi fundado em 1948 e está ligado diretamente à Secretaria da Presidência da República, o que lhe proporciona maior independência e apoio governamental em sua ação indigenista. O mesmo não acontece à FUNAI, que está filiada ao Ministério do Interior, órgão essencialmente desenvolvimentista, e sem contato direto com a Presidência da República. O INI tem sua sede na cidade do México e seu quadro de pessoal é de 1.658 funcionários, sendo que, destes, 358 são técnicos e pagos pela Secretaria de Educação Pública.

Os CCI são os executores da política indigenista formulada pelo INI e estão localizados em lugares estratégicos economicamente, em determinadas regiões do país, abrangendo cada Centro uma imensa área. Segundo o *Boletín*, de outubro de 1973, editado no Centro de Tehuacán, os CCI são definidos como: organismos governamentais que têm como função levar a cabo as ações de tipo integral nas comunidades indígenas; coordenam as atividades regionais dos distintos órgãos governamentais, sejam federais, estaduais ou municipais, ou realizam atividades diretamente nas comunidades; os programas se desenvolvem de forma integral nas comunidades indígenas. As sedes dos CCI estão em povoados ladinos ("civilizados") maiores e/ou cidades que funcionam como centros de influência dos povoados indígenas. Ali os indígenas (normalmente chamados de camponeses) se abastecem de mercadorias industriais e vendem seus produtos agrícolas, artesanais, pequenos animais domésticos, frutas e legumes. Há 67 CCI em funcionamento no México e em 1976 se fundarão mais vinte. Estes são insuficientes para atender a índios de 59 grupos lingüísticos diversos e que constituem uma população calculada em de 8 a 10 milhões de indígenas em todo o México.

Um Centro de Coordenação Indigenista é composto de: Conselho Técnico (chefes das diferentes Seções), Direção (com subdireção, se for muito grande), Administração, Seções de Saúde de Agricultura, de Economia, Legal e de Zootecnia. A Seção de Educação não pertence ao INI, mas à Secretaria de Educação Pública (equivalente ao nosso MEC), no setor de Ensino Extra-Escolar no Meio Indígena, criado em 1973. A função do INI é coordenar as atividades escolares e enquadrá-las dentro de seus CCI,

assim como coordenar todos os Departamentos dos Estados que trabalhem na região, canalizando os recursos técnicos e financeiros destas Instituições em benefício dos povoados indígenas. Este método de trabalho diminui excessivamente o trabalho burocrático, aproveita os técnicos que o INI não tem oportunidade de preparar e que também são escassos, e, por fim, aumenta o reduzido orçamento com que funcionam os CCI.

Os CCI equivaleriam mais ou menos às nossas Delegacias Regionais da FUNAI, se estas tivessem seu quadro técnico multidisciplinar completo (como várias vezes já foi sugerido) e não fossem localizadas nas capitais dos Estados, completamente afastadas dos pequenos centros urbanos freqüentados pelos índios. Tanto a sede da FUNAI, em Brasília, como as suas Delegacias Regionais trabalham independentemente, sem a colaboração, com raríssimas exceções, dos diferentes órgãos governamentais que atuam nas regiões em que há indígenas. Isto coloca em desvantagem um possível trabalho racional nas comunidades indígenas, pois não são canalizados os diversos recursos humanos e econômicos disponíveis, acarretando gastos desnecessários da insignificante verba da FUNAI. Se o índio tivesse acesso ao INPS, ao FUNRURAL, aos bancos, às cooperativas agrícolas e a tantos outros benefícios de que desfrutam os regionais, ele se sentiria menos segregado e se tornaria um indivíduo participante da sociedade envolvente, além de ter as mesmas oportunidades de se autopromover social e economicamente.

O CCI de Tehuacán possui nove prédios modernos e arejados e o de Ocosingo, vinte e dois, sendo sete casas residenciais de técnicos. Estas construções na realidade não pertencem aos indígenas e estes nem delas desfrutam, pois aí não há nenhuma casa para hospedá-los e, quando vão aos Centros, esperam a sua vez do lado de fora da sala do técnico, de pé. Além disso, nos fins de semana, justamente quando há dia de mercado (feira-livre), e ao qual aflui grande parte da população indígena, os Centros estão fechados e seus técnicos normalmente viajam para as cidades vizinhas. Outro fator que deixa patente a pouca eficiência dos CCI em benefício dos índios é o seu horário de atendimento: das 9 às 14 e das 16 às 18 horas. Os índios normalmente chegam cedo aos Centros e esperam a chegada dos técnicos, que nem sempre são pontuais. Às vezes estes se encontram nas comunidades próximas e os índios perdem a caminhada de horas ou de dias, o que desestimula os pouco interessados em receber orientação técnica, uma vez que a assistência às comunidades é deficiente e descontínua.

No Brasil também a sede da FUNAI e as suas Delegacias Regionais não estão a serviço dos índios, mas de seus inúmeros técnicos. Os trabalhos que realizam são burocráticos, rotineiros e nada práticos para resolver o problema indígena. Quando os índios vêm à cidade, são enquadrados dentro desta máquina burocrática, não compreendendo por que os "brancos" são tão complicados e não resolvem depressa sua situação, para voltarem logo à aldeia. É difícil dar uma solução adequada, porque a grande maioria dos técnicos desconhece a realidade indígena e não há assessoria técnica nas aldeias, a não ser a dedicação (quando existe) do "versátil" chefe de Posto.

Os programas de atividades são elaborados pelos CCI e enviados ao INI, de seis em seis anos, obedecendo às mudanças de presidentes da República. Estes programas são muito bem estruturados, mas na prática normalmente falham pela falta de conhecimento da cultura do grupo, da ação do antropólogo (nem todos os Centros têm o quadro de pessoal completo, devido à dificuldade dos técnicos aceitarem trabalhar em cidades do interior), das visitas periódicas e domiciliares às comunidades, de recursos e de viaturas. Apesar dessas deficiências plenamente conscientes aos técnicos, que não conseguem superá-los por vários motivos alheios a sua vontade, percebe-se que há espírito

indigenista em quase todos eles, o que não acontece na FUNAI, onde a problemática é muito semelhante. Na FUNAI não existe um método adequado de seleção para a admissão de técnicos em seus diversos Departamentos, sendo apenas levado em consideração o diploma universitário. Muitas vezes os técnicos são introduzidos no órgão por meio da amizade de funcionários, chegando a ocupar postos estratégicos, mas sem terem qualificações indigenistas. Este tipo de admissão ocasiona excesso de burocracia, inexistência de uma política indigenista uniforme, acomodação da grande maioria dos técnicos, elaboração de programas mal feitos. Os técnicos mais conscientizados têm sua ação de trabalho constantemente dificultada por estas pessoas.

Sintetizarei os programas dos dois Centros Coordenadores visitados, para dar idéia do trabalho que estão desenvolvendo nos povoados indígenas, segundo as atividades de cada seção em que se subdividem.

1 - Seção de Educação

Como salientei anteriormente, esta Seção não pertence ao CCI, mas ao Departamento de Centros de Integração Social e Escolar, da Direção Geral de Educação Extra-Escolar no Meio Indígena, da Secretaria de Educação Pública. Em quase todos os CCI funciona o Centro de Integração Social (CIS), sendo para mim o setor mais bem organizado dos CCI. Na verdade, é um dos setores que mais acelera o processo de aculturação. Tanto em Tehuacán como em Ocosingo há um internato para jovens indígenas, dentro do CCI e pertencente ao CIS. Em cada Centro há 150 alunos de ambos os sexos, de 15 a 25 anos, cursando os seis níveis do Curso Primário. Serem indígenas, bilíngües e de poucos recursos econômicos são condições para sua seleção. Cada aluno recebe uma bolsa de estudo da Secretaria de Educação Pública, que é administrada pelo diretor do CIS e mais uma pequena quantia (Cr\$ 2,00) para nos domingos comprar guloseimas. Os internos têm atividades educacionais programadas das 5:30 às 21 horas, diariamente, que diminuem nos fins de semana.

No Curso Primário os alunos têm obrigação de freqüentar aulas de espanhol, educação física, esporte (com excessivo número de aulas semanais, em vez de atividades mais práticas), ciências sociais e naturais, matemática e agricultura (fraca e nada objetiva, sobretudo em Tehuacán). As classes profissionalizantes são de livre escolha do aluno: enfermagem, carpintaria, mecânica, eletricidade, corte e costura, tecelagem mecânica, mecanografia e datilografia, talhagem em ônix e mármore (estas três últimas, só no Centro de Tehuacán). Após terminar o Curso Primário, o CCI financia para o interessado a montagem da oficina em sua comunidade. O CIS procura orientar o aluno na escolha de uma atividade profissionalizante que possa — e tenha condição de — desenvolver naquele local.

Tanto o Curso Primário como o Secundário são abertos para todos, com exceção do internato, que é exclusivo para indígenas. O método de ensino é de orientação, sem aulas expositivas, com a participação constante do aluno, aprendendo a raciocinar. Não há limite de tempo para terminar os Cursos, podendo ser em dois, três, seis anos, dependendo do interesse e aplicação do aluno. Estudam em grupos. Os internos de Tehuacán são orientados por monitores bilíngües, que no México são chamados de "promotores culturais bilíngües". Os livros e as fichas didáticas (estas não existem em Ocosingo) estão sempre à disposição dos alunos para consulta. Anualmente fazem provas finais (em janeiro), vindas da Secretaria de Educação Pública, para se verificar em que nível de escolaridade os alunos se encontram. Parece que há poucos anos atrás (8 a 12 anos) o ensino foi reformulado e simplificado, estando os livros didáticos um pouco mais coerentes com a realidade rural. Os livros são distribuídos gratuitamente, mas não podem

sair do país, sob pena de sanções e, após seu uso, são devolvidos aos CIS. Os materiais didáticos são comprados pelos alunos externos e internos.

Os alunos não usam uniformes, só em grandes solenidades públicas na cidade ou nos Centros. Os alunos internos recebem anualmente um par de sapatos e uma muda de roupa completa da Secretaria de Educação Pública, e depois seus pais compram o que lhes faltar. Apesar dos povoados terem um aspecto de muito pobres, os alunos andam bem vestidos e modernos, principalmente em Tehuacán, porque em Ocosingo ainda conservam bastante seus trajes típicos. Este modernismo contrasta violentamente com as roupas um tanto tradicionais de seus pais, quando estes os vêm visitar nos fins de semana.

Nos CIS os alunos aprendem a fazer versos, compor cantos e executar passos de danças regionais ou folclóricas mexicanas. Também aprendem a tocar diferentes instrumentos musicais, havendo liberdade de escolha. As atividades artísticas, sociais ou culturais são todas realizadas em espanhol e normalmente de cunho nacionalista, não havendo uma preocupação de valorizar e incentivar as diferentes línguas e culturas dos alunos hospedados nos Centros. Os alunos não pertencem só aos municípios ou Estado da jurisdição do CCI, mas também a várias localidades distantes.

Após o término do Curso Secundário, o aluno ou aluna, que quiser, freqüenta o Curso Intensivo de Capacitação para Promotores Culturais, em três etapas, no CIS. Assistem a uma etapa preparatória de seis meses, depois a uma de três meses e, por fim, aparecem nos Centros quinzenalmente (nos fins de semana) para receberem orientação dos professores. São bolsistas da Secretaria de Educação Pública e, enquanto estudam parceladamente, trabalham nas comunidades, de preferência aquelas de onde são oriundos. A parte prática do Curso é feita nas comunidades em que trabalham, assim como as tarefas escolares (pequenas pesquisas). O currículo consta de: técnicas pedagógicas e de promoção, espanhol, matemática, relações humanas, política indigenista, educação artística; esporte, primeiros auxílios de enfermagem; orientação familiar, atividades agrícolas, tecnologia e teatro de fantoches (*Guiñol*). Os alunos são bilíngües, uma das condições básicas para freqüentarem o Curso. Em ambos os Centros os alunos candidatos a promotores não usam roupas tradicionais e estão bem vestidos, devido ao salário que recebem.

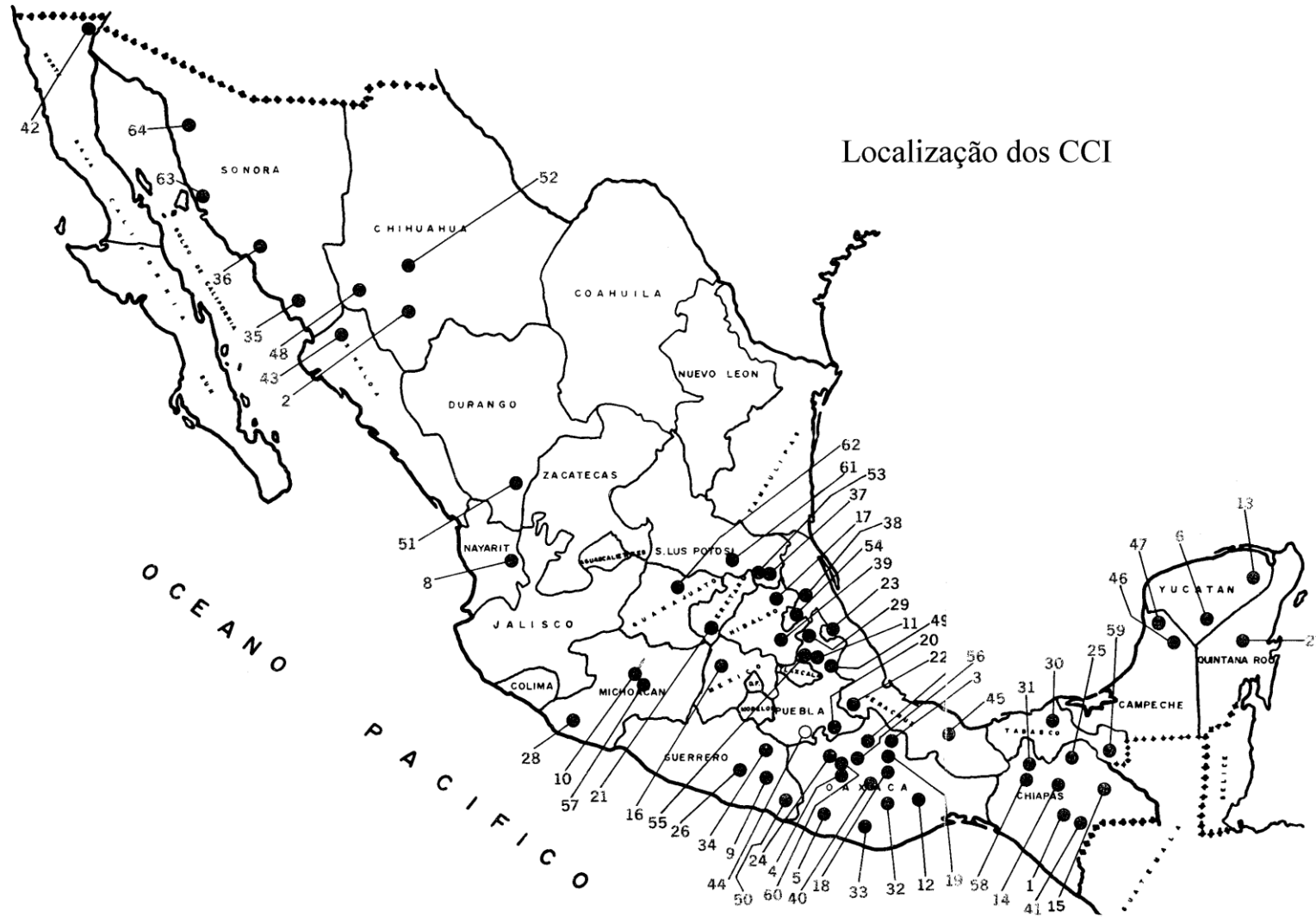
Apenas no CIS de Tehuacán funciona o Curso de Técnico Bilíngue em Educação Indígena, equivalente ao nosso Normal, tendo acesso a ele qualquer pessoa. É muito procurado pelos promotores culturais, porque o Curso é de freqüência livre, facilitando àqueles que trabalham nas comunidades mais próximas do Centro. O Curso é dado em quatro etapas e sua duração depende da assiduidade e interesse do aluno. As matérias ministradas são: matemática; biologia; ciência da saúde e da educação; espanhol; antropologia geral e social; legislação agrária, crediária, cooperativista e trabalhista; didática geral, especial e prática docente; psicologia geral e da aprendizagem; promoção agro-pecuária, industrial, artesanal e artístico-cultural; educação física; física; química; geografia; introdução à filosofia e filosofia da educação; história da cultura; lógica; ética; estética; problemas econômicos e culturais do México contemporâneo; estatística escolar; educação extra-escolar e desenvolvimento regional; medição e avaliação pedagógica, organização e administração dos serviços educativos; dinâmica de grupo; elaboração de informe recepcional; comercialização de produtos regionais. Alguns dos professores são os técnicos do INI e professores de Tehuacán contratados como orientadores. Da mesma forma para os demais Cursos em andamento no Centro. Há de três a cinco professores indígenas lecionando no Curso Primário.

No CCI de Ocosingo os professores do Curso Primário e de Promotores são quase todos da cidade de San Cristóbal de las Casas e residem no Centro. Há bom número de professores indígenas lecionando no Curso Primário. Em 1975 o INI iniciou um Curso Experimental de Técnicos em Agro-pecuária e Apicultura, com trinta indígenas bilíngües, de nível primário. Não há limite de idade para os alunos e a duração do Curso é de um ano. Os alunos são bolsistas e de diferentes localidades. Em 1976 o Curso não funcionará; para se verificar sua validade. Cada aluno tem obrigação de assistir a três comunidades. As aulas são teóricas e práticas, tanto no terreno experimental do Centro, como nas comunidades que são atendidas pelo CCI.

Todos os CCI têm mais ou menos a mesma estrutura, havendo algumas modificações ou adaptações conforme a dinâmica dos diretores e técnicos, e o tempo de existência dos Centros. Por exemplo, no Centro de Tehuacán, fundado em 1964, o ensino sistemático teórico e o artístico está bem estruturado e adiantado, em comparação com outros Centros com o mesmo tempo de funcionamento. O de Ocosingo, fundado em 1971, dá grande ênfase à parte do ensino prático e objetivo. As alunas aprendem a cozinhar, lavar, passar, e alunos de ambos os sexos, a fazer limpeza nos prédios, plantar legumes e hortaliças (que vendem ao CIS) e têm noções de avicultura. A parte prática agro-pecuária é grandemente facilitada, porque o Centro possui um hectare de terra para experimentos, ao passo que o de Tehuacán não dispõe disso.

Acho que o CIS de Ocosingo realiza um trabalho mais produtivo e adequado que o de Tehuacán, porque é mínimo o número de alunos que continuam os estudos após o Primário, rareando cada vez mais até chegarem a técnicos bilíngües em educação, e são muito menos ainda os que alcançam a Universidade. Em Ocosingo a preparação é mais para a vida prática e de utilidade imediata para o educando, não querendo dizer que não aprendem a lidar com instrumental moderno (solda elétrica, torno a motor, máquinas de costura elétricas etc.) de difícil aquisição monetária e de aprimorada técnica. Esta aprendizagem é menos intensiva em Tehuacán.

Apesar dos CIS manterem nos internatos quase os mesmos padrões de alimentação a que o aluno está habituado, na realidade funcionam como um dos agentes de mudança cultural mais atuantes, muito mais que outros setores do INI, com todas as suas técnicas de promoção diretamente aplicadas nas comunidades. Os alunos, durante anos seguidos, diariamente, da manhã à noite, recebem uma bagagem cultural totalmente mexicana, falando só em espanhol e adotando hábitos modernos. Suas culturas nativas nunca estão presentes, salvo nas rápidas visitas dominicais de seus familiares ao Centro, ou dos alunos que vão para suas casas, quando próximas, no sábado e domingo, e nos 15 a 30 dias de férias escolares. Após o término dos diferentes Cursos ministrados nos Centros, os alunos voltam para seus povoados. Ali só têm duas opções: ajudar a promover seu povoado, o que é muito difícil, devido à falta constante de orientação e assistência dos técnicos do INI; ou voltar a se readaptar aos velhos padrões culturais ainda vigentes, tornando-se em ambos os casos um possível desajustado emocional. Esta conclusão se baseia nas oportunidades de observação que tive em campo, muito superficialmente, e mereceria uma pesquisa mais minuciosa para comprovar a sua veracidade.



<i>Centros Coordenadores</i>	<i>Grupos Étnicos</i>	<i>Criação</i>
1- San Cristóbal Las Casas, Chis. ****	Tzeltal-Tzotzil	21-03-51
2 - Guachochi, Chih.	Tarahumara	16-08-52
3 - Temascal, Oax.	Mazateco	29-01-54
4 - Tlaxiaco, Oax.	Mixteco*	21-05-54
5 - Jamiltepec, Oax.	Mixteco**	21-05-54
6 - Peto, Yuc.	Maya	04-08-59
7 - Huautla de Jiménez, Oax.	Mazateco	02-10-59
8 - Tepic, Nay.	Huichol Cora-Nahua	01-12-60
9 - Tlapa, Gro.	Mixteco-Tlapaneco	22-03-63
10 - Cherán, Mich.	Tarasco	18-03-64
11- Zacapoaxtla, Pue.	Nahua-Totonaco	01-04-68
12 - Ayutla, Oax.	Mixe	28-09-71
13 - Valladolid, Yuc.	Maya	28-09-71
14 - Bochil. Chis.	Tzotzil	28-09-71
15 - Ocosingo, Chis.	Tzeltal	28-09-71
16 - Atlacomulco, Edo. de México.	Mazahua	01-08-72
17 - Huejutla, Hgo.	Nahua-Huasteco	01-07-72
18 - Guelatao, Oax.	Zapoteco de la Sierra	01-07-72
19 - Tuxtepec, Oax.	Chinanteco	01-07-72
20 - Tehuacán, Pue.	Nahua-PopoIoca	01-07-72
21 - Amealco, Qro.	Otomí	01-07-72
22 - Zongolica, Ver.	Nahua	01-07-72
23 - Papantla, Ver.	Totonaco	01-07-72
24 - Huajuapán de León, Oax.	Mixteco***	01-01-73
25 - Salto de Agua, Chis.	Chol	01-01-73
26 - Chilapa, Gro.	Nahua	01-01-73
27 - Felipe Carrillo Puerto, Q. Roo	Maya	01-01-73
28 - Coahuayana, Mich.	Nahua de la Costa	01-01-73
29 - Huauchinango, Pue.	Nahua-Totonaco	01-01-73
30 - Nacajuca, Tab.	Chontal	01-07-73
31 - Pichucalco, Chis.	Zoque	01-07-73
32 - Miahuatlán, Oax.	Zapoteco del Sur	01-07-73
33 - Juquila, Oax.	Chatino	01-07-73
34 - Huamuxtitlán, Gro.	Nahua	01-07-73
35 - Etchojoa, Son.	Mayo	01-07-73
36.- Vicam, Son.	Yaqui	01-07-73
37 - Cd. Santos, S.L.P.	Huasteco	01-07-73
38 - Chicontepec, Ver.	Nahua-Tepihua	01-07-73
39 - Tenango de Doria, Hgo.	Otomí	01-07-73

Os CCI visitados pela Autora foram os indicados com os números 1, 15 e 20.

40 - Oaxaca, Oax. ****	Zapoteco del Valle	01-07-74
41 - Las Margaritas, Chis.	Tojolabal-Tzeltal	01-07-74
42 - Mexicali, B. C.	Cucapá-Kiliwa, Pai-pai, Cochimí Kumiai.	01-07-74
43 - El Fuerte, Sin.	Mayo	01-07-74
44 - Acatlán, Pue.	Mixteco	01-07-74
45 - Acayucan, Ver.	Zoque - Popoluca	01-07-74
46 - Hopelchén, Camp.	Maya	01-07-74
47 - Calkiní, Camp.	Maya	01-07-74
48 - Témoris, Chih.	Tarahumara	01-07-74
49 - Teziutlán, Pue.	Nahua	01-07-74
50 - Ometepec, Gro.	Amuzgo-Mixteco	01-07-74
51 - Sta. Ma. Ocotán, Dgo.	Tepehuano	01-07-74
52 - Carichi, Chih.	Tarahumara	01-07-75
53 - Tamazunchale, S.L.P.	Nahua	01-07-75
54 - Huayacocotla, Ver.	Nahua-Otomí	01-07-75
55 - Tetela de O. Pue.	Nahua-Totonaco	01-07-75
56 - Cuicatlán, Oax.	Cuicateco- Chinanteco	01-07-75
57 - Pátzcuaro, Mich.	Tarasco del Lago	01-07-75
58 - Copainalá, Chis.	Zoque	01-07-75
59 - Tenosique, Tab.	Chol-Lacandón-Tzeltal	01-07-75
60 - Coixtlahuaca, Oax.	Chocho-Mixteco	01-07-75
61 - Cárdenas, S.L.P.	Pame	01-07-75
Residências		
62 - San Luis de la Paz, Gto.	Chichimeca	1969
63 - Punta Chueca	Seri	01-07-74
64 - Caborca, Son.	Pápago	01-07-75

Notas: * Mixteca Alta – ** Mixteca de la Costa – *** Mixteca Baja – **** Centro y Oficina Coordinadora

Os CCI em projeto para 1976

- 1 - Orizaba, Ver. *Nahua* ● 2 - Tepexi, Pue. *Popoloca*
- 3 - Sotuta, Yuc. *Maya* ● 4 - Oaxaca, Oax. *Zapoteco del Rincón*
- 5 - Tlacoapa, Gro. *Tlapaneco* ● 6 - Nayar, Nay. *Cora de Jesús M.*
- 7 - Turuachi, Chih. *Tarahumara* ● 8 - V. Carranza, Chis. *Tzotzil Sn. Bartolomé*
- 9 - Querétaro, Qro. *Otomí Sierra Gorda* ● 10 - Ahuacatlán, Pue. *Totonaco*

2 - Seção da Direção Geral de Educação

Esta Seção se acha vinculada à Direção Geral de Educação Extra-Escolar no Meio Indígena, da Secretaria de Educação Pública. Estão subordinados à Direção Regional os supervisores de ensino e os promotores culturais que atuam sob a orientação do INI.

Compete a esta Seção fundar albergues escolares em povoados que possuem escolas primárias, mas que não podem ser freqüentadas por todas as crianças indígenas, devido à distância em que se encontram suas casas. O albergue abriga 50 crianças bolsistas da Secretaria de Educação Pública, 25 de cada sexo, com idade de sete a quatorze anos. Recebem alimentação (quase idêntica à que estão acostumados) e dormida, de segunda a sexta-feira, passando o fim de semana em suas casas. As crianças pertencem à comunidade em que está o albergue e a povoados distantes em que não há escolas. Os albergues são dirigidos por um promotor (ou promotora) cultural. A este cabe assistir e orientar técnica e pedagogicamente as crianças albergadas, bem com estar estreitamente vinculado aos problemas sociais, econômicos e políticos da comunidade, para ajudá-la em sua auto-promoção. Um *Boletín* de 1973, publicado pelo CCI de Tehuacán, define os promotores como: "filhos de indígenas /que/ levam conhecimento prático e técnico para que os seus conheçam seus direitos e obrigações de nossas Leis e assim num plano de igualdade, possam lutar por sua subsistência dentro da sociedade nacional." Os promotores se especializam em várias atividades: *castillanizador*, agro-pecuarista etc.

Os Centros constroem escolas-albergues em povoados em que não há escola primária. O ensino é extra-escolar. O seu funcionamento e organização são quase iguais aos dos albergues escolares. Não tive ocasião de visitar nenhuma escola-albergue.

Os supervisores de ensino residem num povoado estratégico e daí se locomovem dentro de sua área de ação, orientando e fiscalizando, semanalmente, o trabalho dos promotores culturais — e, entre estes, os *castillanizadores* — das diversas localidades. O *castillanizador* ensina três horas diárias de espanhol às crianças em idade escolar (5 a 6 anos) e à noite alfabetiza os adultos. Recebe um curso de capacitação de quinze dias nos CCI e seu grau de instrução é o de Primário completo.

O CCI de Tehuacán em 1974 atendeu a 3.473 crianças de 54 escolas, tendo 51 promotores culturais e 91 professores bilíngües. Em 1975 devem ter atendido a 4.900 crianças e seis albergues com plantação de hortaliças e criação de coelhos, para os albergados comerem e distribuírem na comunidade. Devem ter sido construídos mais dois albergues, dezessete escolas e oficinas em oito povoados. Para a escolha das comunidades, os Centros levam em consideração o número de habitantes que se beneficiarão com as construções.

O CCI de Ocosingo possui onze albergues, atende a 209 escolas com 12.808 alunos matriculados, com treze zonas escolares, em seis municípios. Há treze inspetores escolares, 470 professores bilíngües e promotores culturais, 50 *castillanizadores*. Em 1975 devem ter sido construídas oitenta escolas com material regional. Os Centros adotam o seguinte sistema nas construções comunitárias: a comunidade entra com o terreno, a areia, a pedra e o cascalho; o INI, com as janelas, cimento, piso, teto e portas; a Secretaria de Educação Pública, através do CAPSE, edifica o prédio.

A Direção Regional também tem a missão de enviar alunos para freqüentarem a escola Secundária Técnica e terminar o Primário; capacitar promotores culturais em teatro *Guiñol* (fantoques) e em saúde; ministrar diferentes cursos nos CCI ou nas povoações; capacitar pessoas em Técnica de Supervisão; obter bolsas de estudo para a educação média e vocacional; elaborar cartilhas e material didático; distribuir bolas de basquete e

voleibol onde há promotores culturais e professores bilíngües; formar nos povoados grupos de alfabetização de adultos, de teatro de *Guiñol*, de danças, de música e de esportes.

Se compararmos o ensino indígena brasileiro com o mexicano, de imediato notaremos grandes diferenças. Nos Postos Indígenas em que há professoras, estas, em grande parte, não têm o Curso Normal ou Rural, não falam a língua nativa, quando a maioria dos alunos é monolíngüe, desconhecem a cultura do grupo; não são preparadas pela FUNAI para exercer seu cargo; não recebem nenhuma orientação pedagógica, porque as Delegacias Regionais não têm em seu quadro supervisores de ensino; o ensino, os livros e o material didático não estão adaptados ao meio rural, quanto mais ao indígena. Diante do exposto é evidente que a Educação cumpre suas tarefas de modo bastante deficiente.

Há poucos anos atrás, o convênio entre a FUNAI e o Summer Institute of Linguistics iniciou a capacitação de monitores bilíngües, mas isso não tem produzido os efeitos esperados. Os monitores não possuem o Curso Primário completo, os cursos de capacitação não são bem estruturados e nem adaptados à realidade que o monitor vai enfrentar; surgem, às vezes, desavenças entre o chefe do Posto ou a professora e o monitor, por rivalidade ou disputa de liderança na comunidade; por falta de campanhas de esclarecimento, entre outros motivos, alguns grupos indígenas opõem resistência ao ensino bilíngüe, por preferirem o ensino em português; há desistência de monitores, por não se adaptarem a suas tarefas; a pouca assistência técnica aos monitores provoca o desestímulo; o aumento de prestígio do monitor, devido ao salário recebido, muito superior aos rendimentos dos demais habitantes da aldeia, cria problemas nas relações sociais.

Este último fator pareceu-me muito saliente em alguns povoados mexicanos. O promotor cultural destaca-se de imediato num povoado por sua maneira de vestir, falar e agir, que contrasta com a do restante da população. Muitas vezes consegue superar as autoridades indígenas locais, tirando o prestígio delas e criando confusões na política interna do povoado. Ou então compra um pedaço de terra e faz sua vida particular juntamente com uma promotora, com quem se tenha casado, unindo os salários. Outras vezes, por não ser originário daquele local, não consegue se entrosar com o pessoal e conseqüentemente não executa sua tarefa de promoção social, econômica, higiênica e educacional, isolando-se ou sendo isolado. Além disso, há uma sobrecarga de responsabilidade, que deveria ser dividida com os técnicos do INI. O promotor não consegue realizar sozinho todas as atividades de sua alçada e, quando as executa, as faz malfeitas, acomodando-se na sua posição e situação financeira privilegiada.

3 - Seção de Economia

Esta Seção dos CCI está encarregada de manter contato com as diversas Instituições da região, a fim de, trabalhando em conjunto, obter crédito para o indígena, auxiliá-lo no escoamento da produção agrícola e artesanal e conseguir-lhe produtos a preços mais acessíveis, evitando a especulação do intermediário. O INI trabalha estreitamente com a CONASUPO (pertence ao Governo), sendo que esta constrói silos de armazenamento de milho ou estabelece uma tenda (espécie de cantina) comercial nos povoados, vendendo as mercadorias a preços de fábrica. Os Centros servem de compradores intermediários entre o produtor e o consumidor. Não obtêm lucro nesta transação comercial.

Compete também a esta Seção comprar e distribuir milho e feijão aos povoados interessados; comprar artesanato para enviar aos órgãos (BANFOCO e FUNART) responsáveis, no México, e fixar a tabela preços; eletrificar os povoados; estabelecer oficinas diversificadas (carpintaria, mecânica etc.); construir canchas de basquete juntamente com a Secretaria de Educação Pública; canalizar crédito para melhorar a habitação, comprar ferramentas e instrumentos agrícolas e reparar estradas de rodagem dos povoados; formar *grupos solidários* nos povoados para obter financiamento no Banco de Crédito Cooperativo. O grupo solidário é organizado pelo promotor cultural. Passa a existir a partir de três pessoas interessadas na mesma aquisição: sementes, gado, abelhas, máquinas etc. Não visa a grandes lucros e com o tempo tende a se dissolver, após o término do pagamento da dívida contraída. O grupo consta de Presidente, Secretário, Tesoureiro e *Vocal* (espécie de guarda).

A Seção de Economia tem uma verba própria de manutenção para atuar em povoados onde não haja nenhum órgão do Governo (Igreja e Estado estão divorciados, não trabalham em conjunto). Manipula com recursos de outras Secretarias do Governo, mas presta contas em separado dos gastos efetuados. Às vezes as Instituições põem à disposição do INI técnicos e viaturas para a realização de alguma atividade, mas as despesas são efetuadas pelo INI.

Apesar dos esforços desta Seção, o atendimento às comunidades ainda é deficiente por vários motivos, que são quase os mesmos existentes na FUNAI: descentralização de diferentes atividades, recursos humanos e financeiros no mesmo povoado indígena; estes são pulverizados em todas as direções; falta de assistência técnica contínua nas atividades implantadas; ausência de viaturas e dinheiro para incrementar ou iniciar novas atividades em outros ou nos mesmos povoados; falta de conhecimento da cultura do grupo por parte dos técnicos, fazendo com que os programas fracassem; inexistência de coordenação entre os técnicos, quando realizam viagens de inspeção, indo a viatura (dentre as poucas que existem) duas vezes na mesma semana ao mesmo povoado.

Na FUNAI não existe a preocupação de ajudar ao índio de maneira mais eficaz e a longo prazo. Sua ação é de efeitos rápidos e momentâneos, não permitindo que o índio continue a progredir economicamente, por não ter recebido um apoio mais concreto e real, condizente com suas necessidades e potencialidades. Quando alguma atividade econômica é desempenhada por iniciativa do chefe do Posto, esta nem sempre chega a dar resultados, porque o mesmo pode ser transferido para outro Posto, não recebe orientação técnica ou antropológica e os recursos são mínimos e reduzidos anualmente. Ao lado dessa atividade improdutiva, estão os projetos econômicos do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, nos quais os índios participam apenas como mão-de-obra em suas próprias terras e, quando algum lucro lhes é destinado, recebem de modo indireto ou inadequado.

4 - Seção de Zootecnia

Atualmente esta Seção se encontra desocupada no CCI de Tehuacán e, em Ocosingo, há três veterinários (o diretor, o técnico fixo e o estagiário *pasante*, que é quem mais viaja para as comunidades) e um perito em agro-pecuária.

Compete à Seção: fomentar a criação de animais de raça, como caprinos, ovinos, bovinos, equinos, asnos e aves; incentivar a cunicultura nos albergues escolares; construir fornos forrageiros, fornecer assessoria técnica aos grupos solidários e aos promotores culturais; trabalhar em conjunto com Secretarias e Laboratórios regionais; vacinar e desparasitar os animais e criações domésticas; treinar promotores culturais em atividades

zootécnicas; e promover palestras nos povoados sobre o reconhecimento dos sintomas de enfermidades do gado.

O regime usual de criação de animais é o de pastoreio, feito pelas mulheres ou crianças. O rebanho é reduzidíssimo e nunca é de raça. Não se aproveita o leite de cabra. Os CCI formam grupos solidários (a partir de quinze pessoas, devido ao elevado custo dos animais) e estes fazem o curral, preparam a pastagem artificial e depois recebem os animais (mais ou menos vinte) e a assistência técnica. O grupo solidário paga inicialmente uma parcela e depois vai saldando a conta durante determinado número de anos (mais ou menos sete anos), conforme as crias nascidas. O grupo solidário nunca recebe o crédito em dinheiro, mas em bens (arame, remédio, semente de pasto etc.), assim como é norma nos CCI não se fazer doações de espécie alguma, nem que seja cobrado apenas um preço simbólico. A FUNAI não trabalha com sistema de financiamento, mas com o de doações. O índio recebe tudo sem fazer esforço, sem ter noção do seu real valor e de seu modo de obtenção. Conclui que é obrigação da FUNAI fornecer-lhe o que deseja e precisa, inclusive pagar-lhe as despesas de viagem às Delegacias Regionais ou à sede em Brasília. Assim agem porque sabem que a FUNAI tem o dever de ajudá-los e desde os primeiros contatos de atração se habituaram a receber donativos. Esta atitude criada e ainda mantida pela FUNAI tem conseqüências nefastas para o índio que está em processo de integração. Sua organização cultural e social está sendo substituída por outra, que não corresponde à que ele está habituado a ver ao redor de sua reserva indígena. Esta discrepância é percebida e manipulada com inteligência para usufruir as poucas oportunidades oferecidas pela FUNAI.

No CCI de Ocosingo a criação de gado é incrementada, por ser a região relativamente boa para este fim, apesar dos índios desconhecerem o manejo da pecuária. Cada unidade de criação (há cinco) é inspecionada quinzenalmente. Em uma comunidade introduziram galinhas e porcos de qualidade, através dos grupos solidários. Não se fomentou a criação de cabras e ovelhas de raça por exigirem mais assistência. Tanto o veterinário fixo como o estagiário *pasante* foram admitidos recentemente no Centro. O CCI incentiva também a apicultura, através dos grupos solidários, devido ao excelente mercado de consumo regional, nacional e internacional (exporta-se para o Japão e Alemanha). O crédito é saldado dentro de um ano. Pretendia-se coletar em 1975 sessenta toneladas de mel em todas as comunidades atendidas pelo Centro, ampliar o mercado na Europa e eliminar seus intermediários. A próxima etapa prevista é o aproveitamento da cera.

5 - Seção de Agricultura

Com a colaboração do Instituto Mexicano de Café, os CCI estabeleceram viveiros de cafeeiros em determinados povoados. Foram plantadas parcelas de demonstração e proferidas palestras sobre o cultivo e o aproveitamento racional do solo. As mudas foram vendidas por um preço abaixo da tabela. No Centro de Ocosingo há um viveiro com 40.000 mudas.

Esta Seção se encarrega de: conseguir crédito para comprar fertilizantes e produtos agrícolas; plantar parcelas de demonstração, quando quer introduzir fertilizantes, sementes e árvores frutíferas; assessorar tecnicamente os grupos solidários e os promotores culturais; treinar os promotores; fomentar as hortas familiares, introduzindo sementes melhoradas; estabelecer horta nos albergues, para melhorar a sua alimentação e diminuir suas despesas; combater pragas e enfermidades dos cultivos;

melhorar as espécies já cultivadas (milho e feijão); e trabalhar em conjunto com as Instituições da região.

O CCI de Tehuacán introduziu espécies novas de batatas e árvores frutíferas (maçã, abacate e *nopal tunero*) em alguns povoados, com auxílio dos promotores culturais. A experimentação é feita na roça do proprietário e aos poucos se vai aumentando a extensão para se poder orientá-lo melhor. O produto a ser introduzido é vendido a preço de custo. Para diminuir os gastos, o grupo solidário trabalha em conjunto todas as glebas de seus componentes, havendo serviços que os próprios donos fazem individualmente em suas roças. Também, para sair mais barato, o INI compra grandes quantidades de produtos (sementes, fertilizantes, inseticidas etc.) e depois os distribui aos membros do grupo solidário, de acordo com o tamanho da roça, que não é muito grande. Na comercialização utilizam o mesmo método.

Em junho de 1975 o CCI de Tehuacán recebeu da Presidência da República dez tratores Massey-Ferguson com arado reversível e de disco, sulcadora, semeadora e fertilizadora, e também 600 toneladas de fertilizantes, para vender aos povoados indígenas. Uma parte do adubo é paga no ato do recebimento e o restante, após a colheita. Os tratores são usados pelos grupos solidários, mediante o pagamento de uma taxa, para pagar ao tratorista, o combustível e o desgaste do trator. As despesas gerais que o grupo solidário tem durante o preparo, o cultivo e a colheita são retiradas pelo INI da produção, e o restante do dinheiro é dividido entre o grupo solidário, de acordo com a extensão da roça. Antes do Centro receber os tratores, os indígenas os alugavam por preços altíssimos. Com a taxa de aluguel dos tratores, o Centro dentro de cinco a sete anos poderá comprar outros e atender a mais povoados. Os tratores velhos serão vendidos aos grupos solidários por um preço razoável, mediante um crédito de dois a três anos. Os créditos são reajustáveis anualmente, de acordo com o custo de vida.

Este Centro tem uma real preocupação com a agricultura (apesar das terras serem péssimas), sendo que, quinzenalmente ou quando necessário, o agrônomo visita os sistemas de regos, examina as glebas a que o trator pode atender, porque é comum, tanto aqui como em Ocosingo, cultivar-se até o topo da serra, apesar dessas regiões serem desprovidas de água. Parece que em Tehuacán os indígenas correspondem melhor às inovações agrícolas que em Ocosingo, pelo menos constantemente muitos deles vinham ao Centro pedir instruções ao agrônomo.

Em ambos os Centros há florestas de *piños*, sendo que em Ocosingo, na região dos índios Lacandones (614.823.000 ha), há madeira de lei, mas não há exploração sistemática pelos indígenas e nem o INI está atuando neste setor. Há algumas firmas particulares explorando-as, apesar da fiscalização do Governo. Há necessidade de um melhor reflorestamento nestas áreas, pela Instituição responsável. Parece que na parte selvática da Lacandônia alguns índios compraram caminhões a crédito, para transportar a madeira, e a CONASUPO os auxilia com aviões. O INI pensa em financiar, no futuro, a compra de uma frota de aviões de transporte para esta área (região distante e sem estradas), riquíssima em madeira de primeira qualidade.

O CCI de Ocosingo pretende diversificar os cultivos na área. Para isso, primeiro tenciona captar a confiança dos indígenas, obter boa produção de milho e feijão, que são os de maior tradição entre eles e básicos em sua economia, para depois introduzir outros produtos. Em alguns povoados haverá parcela de demonstração do que se deseja implantar de novo. Quando a produção falha por razões climáticas, o Centro aumenta o prazo de pagamento do crédito. Nesta área o feijão sempre produz um excedente que os indígenas vendem. Mas como estes normalmente são roubados no preço e no peso, o INI

guarda a produção para eles e a vai vendendo aos poucos, e com o resultado dessa venda os indígenas vão saldando seus créditos. O cultivo de hortaliças nas partes altas de Chiapas é promovido pelo PRODECH (Programa de Desenvolvimento de Chiapas), órgão do Estado. O Centro promoveu, em alguns povoados, o cultivo de batata, abacate e laranja doce e azeda. Ambos os Centros preferem a introdução de técnicas simples, ao invés de maquinaria complexa. Pretendem elevar a produção indígena de acordo com a mão-de-obra disponível. Não alteram a tradição cultural dos indígenas; apenas aperfeiçoam suas técnicas para a produção alcançar melhor preço no mercado. Em um povoado, resolveu-se modificar um *trapiche* (engenhoca) de cana-de-açúcar, que só fazia rapadura, substituindo a lenha, já escassa na região, por cavalos. Para isso, incentivou-se um grupo solidário a aceitar a mudança, fornecendo-lhe o material, sua instalação, crédito de dois a três anos e assistência técnica. Depois o INI convidou e levou várias pessoas que falavam a mesma língua para conhecerem a engenhoca. Conversaram longamente e se convenceram da conveniência da alteração.

Acho que a FUNAI deveria instituir em algumas comunidades indígenas o grupo solidário, uma vez que reduz seus gastos e evita uma mecanização irracional e inadequada, tão prejudicial à coletividade. Além disso, a introdução de técnicas simples não provoca uma desorganização social e econômica muito forte no grupo indígena, como acontece com a introdução de maquinaria pesada, pois aproveita a mão-de-obra e não leva rapidamente a um grande excedente de produção. Além do mais, os raríssimos grupos indígenas que foram beneficiados com implementos agrícolas pesados pela FUNAI não estavam preparados para recebê-los, pois não estavam incluídos num projeto de desenvolvimento comunitário e alguns nem mesmo estavam numa situação cultural favorável para adotá-los, pois conservavam bastante sua tradição tribal.

6 - Seção de Saúde

No meu ponto de vista esta Seção é uma das mais importantes dos Centros e a que menos funciona adequadamente, por falta de assistência antropológica a seus técnicos e de preparo das comunidades para receberem as inovações e o tratamento médico. Os médicos constantemente se referiam à ignorância dos indígenas, às resistências encontradas, às crenças arraigadas que não conseguiam transpor, à quantidade de crianças que morriam por serem trazidas no último instante e a inúmeras outras dificuldades de caráter médico-social, sem contar as precariedades existentes nos Centros e que já foram relatadas anteriormente, quando tratei de outras Seções.

É da competência da área de Saúde: dar consultas semanalmente nos Centros e povoados; fazer injeções, vacinas e hospitalizações; instalar unidades de água nos povoados; construir privadas, postos médicos e clínicas, com o auxílio das comunidades; proteger poços e mananciais; treinar jovens bilíngües para auxiliares de enfermagem; fazer exame clínico nos bolsistas dos albergues e dos Centros; empreender campanhas de saneamento básico, de higiene, de alimentação e de habitação; estabelecer contatos de colaboração com outros organismos da área; e dar aulas de enfermagem nos CIS. As campanhas são feitas com o auxílio do teatro *Guiñol* volante, pelos promotores culturais e também pelo alto-falante. Estas técnicas são mais difundidas em Ocosingo.

As visitas médicas aos postos de saúde dos povoados são feitas em determinados dias fixos da semana, mas como estas nem sempre são cumpridas pelos médicos, as pessoas quase nem comparecem ao consultório quando o médico chega. São avisadas pelo alto-falante ou pelo sino da igreja. O número de pacientes (de cinco a dez) é insignificante diante dos gastos (com carro, motorista e médico) e o tempo perdido. Além disso, o médico não faz visitas domiciliares e não tem nenhum relacionamento humano

com a população. Esta parte é feita pela auxiliar bilíngüe de enfermagem (que nem sempre fala a língua do grupo), além de toda a parte técnica de seu ofício. Esta maneira de trabalhar presenciei em Tehuacán e presumo que seja exatamente a mesma de Ocosingo, pois, no tempo em que estive neste Centro a médica nunca viajou para os povoados. Esta costuma supervisionar os postos médicos mensalmente ou de quarenta em quarenta dias, devido a sua distância, permanecendo dois dias no local. Na época das chuvas, os córregos crescem rapidamente, impedindo o trânsito por dias. Na área chove demasiado e os povoados estão longe das estradas, sendo acessíveis somente a pé ou a cavalo.

Nos postos médicos dos povoados há uma pequena farmácia com os remédios mais comuns. Por ocasião da consulta, o médico fornece ao paciente o que tem de disponível ou senão este compra na cidade mais próxima. Tanto a consulta como os remédios são pagos por um preço simbólico (Cr\$ 7,00). O médico do CIS de Ocosingo, que também atende a seis povoados vizinhos ao Centro, criou um sistema de farmácia comunitária, para evitar que os índios se deslocassem para a cidade a fim de comprarem o medicamento, e também para evitar que a doença se agravasse por deixarem de tomá-lo. Cada família nuclear contribuiu com uma quantia fixa e o INI com a outra (metade). Com este fundo comum compraram estoques de remédios e, quando cada pessoa precisa, compra-os na farmácia. Tudo é feito e dirigido pela comunidade, com a assistência do médico.

Nos povoados visitados havia torneiras e lavadouros públicos, e nestes havia banho quente para quem desejasse. Havia também luz elétrica. Tudo isso se encontrava nos núcleos dos povoados e naquelas casas que ficavam mais próximas dele. Os povoados eram limpos e também o interior das casas visitadas. A distribuição dos cômodos e móveis na casa era a mesma do ladino, apenas mais simples e humilde.

As doenças mais comuns são: tuberculose, verminose, sarna, bronquite, anemia, gastroenterite, algumas delas motivadas pela carência alimentar, uma vez que a alimentação geralmente consta de milho — *tortilla* — feijão macerado e meio frito e pimenta. Vi vários albinos e portadores de pequenos defeitos físicos. Estes últimos não são tratados porque o INI não dispõe de verbas para este fim e os pais não têm condição econômica para interná-los no hospital. O tratamento dentário também é muito descuidado, sendo que não há dentista no quadro de pessoal do INI. Esporadicamente alguns povoados são atendidos pelas Brigadas do Desenvolvimento Rural, vinculadas à Direção Geral de Educação Extra-Escolar no Meio Indígena, da Secretaria de Educação Pública. Segundo o *Boletín*, de março de 1974, editado pelo Centro de Tehuacán, a Brigada é composta por vários técnicos disciplinares, que têm a tarefa de impulsionar o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades indígenas. Permanecem de quatro a cinco anos no lugar, assistindo três ou quatro povoados. Nestes locais treinam grupos de jovens em diversas especialidades e trabalham em coordenação com outras Instituições que atuam na área. Também criam oficinas, ministram cursos e palestras e fazem visitas domiciliares com finalidades sociais e educativas.

Apesar do nível sócio-econômico e da organização urbana dos povoados mexicanos, que são totalmente diferentes das aldeias indígenas brasileiras, em ambos os países a assistência médico-sanitária é deficiente e carente de atenção e dedicação de seus técnicos. Reconheço que no Setor de Saúde é difícil e delicado o processo de mudança cultural, que é agravado pela falta de conhecimento e orientação antropológicos dos médicos e das enfermeiras. Talvez, se as Equipes Volantes de Saúde (EVS), das Delegacias Regionais, se transformassem em Brigadas do Desenvolvimento Rural, poderiam se tornar mais produtivas e eficientes para as comunidades do que atualmente,

pois algumas ficam praticamente o ano todo radicadas nas Delegacias Regionais e as aldeias, abandonadas. Acho que seria válida esta modificação, devido a sua operacionalidade nas Delegacias Regionais do sul, nordeste e centro-oeste do país, devido ao grau de integração em que se encontram os grupos indígenas, havendo mais aceitação do que rejeição das atividades a serem desenvolvidas pelas Brigadas.

7 - Seção Legal

Em ambos os Centros há falta de advogado, sendo que em Ocosingo o topógrafo desempenha essa função. Constantemente há conflitos quanto à posse das glebas, principalmente em questões de limites. Além disso, o INI só forma grupos solidários com pessoas que tenham suas terras legalizadas, sem nenhuma espécie de problema.

A Seção deve trabalhar em conjunto com o Departamento de Assuntos Agrários e Colonização, a Secretaria de Recursos Hidráulicos das cidades próximas dos povoados, a Direção Geral de Trânsito (para colocar ônibus em circulação em certos povoados), o Tribunal Superior de Justiça do Estado (médico legista, nos casos de morte) e a Arrecadação de Rendas do Estado (imposto predial).

Apesar do Departamento Jurídico da FUNAI ser um pouco deficiente e lento em seus trâmites burocráticos, é mais atuante que os dois CCI, no que tange a problemas legais. Mas temos que levar em consideração que a problemática da posse da terra mexicana é mais complicada que a brasileira, pois aqui lutamos para legalizar uma área destinada a um grupo indígena e, às vezes, a vários grupos vizinhos (parque indígena). No México, cada família (nuclear) indígena tem que comprar seu pequeno terreno, normalmente num lugar improdutivo ou localizado na serra.

A FUNAI atualmente está dando mais atenção à legalização da terra indígena, porque a invasão de posseiros, de frentes de colonização e as entradas de mineradoras estão aumentando diariamente. Para resolver a questão, está fazendo convênios com algumas instituições ligadas ao problema, mas conta com deficiência de pessoal para executar essa tarefa da melhor maneira possível.

CONCLUSÃO

O Curso de Observação e Prática Indigenista foi útil e a FUNAI deve continuar a enviar seus técnicos, devido à experiência que se obtém em campo, nos Centros e no Instituto Indigenista Interamericano. A parte teórica não foi muito proveitosa, em decorrência da heterogeneidade dos alunos com respeito às suas profissões e experiência prática indigenista. Em consequência, os debates eram fracos, limitando-se a detalhes sem importância no conjunto da problemática indígena ou dos Centros. A observação direta do funcionamento dos Centros e da atuação dos técnicos em campo foi falha e parcial, devido às limitações impostas (consciente ou inconscientemente) pelo pessoal técnico e pelas pouquíssimas e rapidíssimas viagens de inspeção (voltávamos sempre no mesmo dia) aos povoados mais próximos e de fácil acesso. Isto permitiu uma visão apenas parcial da situação, pois tive pouco tempo para manter contato e fazer amizades com a população, o que não era muito fácil, pois tem uma certa desconfiança com "gringos" (confundiam-me com americana). Por conseguinte, não pude captar bem o que a população pensa a respeito da atuação dos CCI, se realmente se sente beneficiada com as mudanças provocadas etc. Tentei preencher essa lacuna com informações de técnicos, que me pareceram inválidas, e com minhas impressões subjetivas, que também não satisfazem cientificamente. Mas o contraste com a situação brasileira me permitiu perceber alguma coisa.

A política indigenista mexicana, no meu ponto de vista, tem um caráter desenvolvimentista e integracionista. Não há preocupação em conservar os padrões culturais indígenas, mas em mudá-los, apesar dessa mudança seguir uma técnica bem estruturada. Talvez, justamente por ter estas qualidades, é que o INI seja apoiado pela Presidência da República, mostrando esta uma grande preocupação pelos indígenas, procurando por todos os meios ajudá-los em sua promoção social e econômica. A mudança é mais patente no aspecto educacional, conforme tentei esclarecer no início deste trabalho. Como as pessoas mais velhas são persistentes em seus costumes, o caminho mais fácil para modificar hábitos é utilizar a criança. Para isso, esta, desde os cinco ou seis anos, já começa a receber influências do *castillanizador* e o processo só termina quando o índio, já adulto, frequenta o Curso de Capacitação para Promotores Culturais ou o de Técnico Bilíngüe em Educação Indígena.

A política indigenista brasileira também tem o mesmo objetivo: integrar os grupos indígenas à sociedade nacional. Mas como a FUNAI trabalha isoladamente e de maneira inadequada e descontínua, o processo de integração é mais lento. O impacto que a mudança cultural provoca nos grupos mais atingidos por sua ação é suave. Justamente a inoperância do Órgão vem a beneficiar os indígenas no processo aculturativo, permitindo que gradualmente os próprios índios façam suas adaptações e reajustes, que lhes convêm, em suas tradições tribais.

O Curso a que tive a oportunidade de assistir me deu mais alento e confiança quanto ao trabalho que estamos atualmente executando na FUNAI. Não possuímos uma tradição ou experiência prática em Antropologia Aplicada como no México. No entanto, encontrei as mesmas falhas técnicas e administrativas nos CCI, que aqui na FUNAI são constantemente debatidas por alguns técnicos, mas nem por isso solucionadas, devido aos entraves políticos ou desinteresse indigenista de alguns dirigentes do Órgão. Talvez, com o correr do tempo e as constantes mudanças por que passa a FUNAI, ainda alcancemos um aprimoramento de nossas técnicas de trabalho e do pessoal e possamos realmente tentar promover adequadamente mais alguns grupos indígenas. Atualmente estão em andamento alguns Projetos de Desenvolvimento Comunitário, mas as dificuldades burocráticas que os coordenadores enfrentam são tantas e desestimulantes, que não há previsão para o futuro: se continuarão nos Projetos e se outros antropólogos se desvincularão de suas atividades para colaborar com a FUNAI.